

Psicologia e as práticas institucionais: A pesquisa-intervenção em movimento

Marisa Lopes da Rocha

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

RESUMO

Este trabalho tem como proposta discutir, no primeiro momento, os pressupostos das pesquisas participativas, em especial, os da pesquisa-intervenção que traz como referencial teórico-metodológico a análise institucional. No segundo momento, será apresentado o processo de desenvolvimento e as conclusões parciais de uma pesquisa realizada em uma escola pública do estado do Rio de Janeiro. Colocar em análise as relações entre Psicologia e Educação e suas implicações com as condições do trabalho docente e a saúde na escola é um objetivo atravessado nas presentes reflexões.

Palavras-chave: Pesquisa participativa; pesquisa-intervenção; análise institucional; psicologia e educação.

ABSTRACT

Psychology and institutional practices: Intervention-research in movement

This paper discusses at first the presuppositions of participative researches, in special those which bring institutional analysis as theoretical and methodological basis. Afterwards, it will be presented the process of development and the partial conclusions of a research carried out in a public school of Rio de Janeiro. One of the main goals of these discussions is to analyse the relations between Psychology and Education and their implications with the conditions of teaching work and health in school.

Key words: Participative research; intervention-research; institutional analysis; psychology and education.

PESQUISA PARTICIPATIVA COMO INTERVENÇÃO NAS PRÁTICAS ACADÊMICAS

As pesquisas participativas surgem como um movimento frente às pesquisas científicas tradicionais, trazendo pressupostos vinculados à problematização das relações entre o investigador e o que é investigado, entre sujeito e objeto, teoria e prática, com a perspectiva do estabelecimento de condições para captação/elaboração da informação no cotidiano das culturas, grupos e organizações populares. Isso significa que as práticas que constituem o social e os referenciais que lhe dão sentido vão se produzindo concomitantemente, uma vez que o conhecimento e a ação sobre a realidade são constituídos no curso da pesquisa de acordo com as análises e decisões coletivas, dando à comunidade participante uma presença ativa no processo. O conhecimento se constrói, assim, entre o saber já elaborado e incorporado nos pressupostos do pesquisador e o fazer enquanto produção contínua que organiza a ação investigativa.

Parâmetros como os de verdade, neutralidade, objetividade, universalização de saberes são questionados e as mudanças que se processam ao longo da pesquisa, implicam em transformações também dos sujeitos envolvidos e das práticas estabelecidas quer para a população participante na pesquisa, quer para os pesquisadores. Em Thiollent (1987), a investigação não tem como ser concebida de modo indiferente às relações entre pesquisadores e pesquisados.

Numa relação de investigação convencional pretende-se, em nome da objetividade, fechar ao máximo o mecanismo de captação, para que as respostas das pessoas interrogadas sejam emitidas sem efeito de aprendizagem e sejam diretamente ‘encaixáveis’ naquilo que o investigador deseja mostrar ou justificar. Assim, perde-se de vista a questão da aprendizagem e da criação ao nível das pessoas ou grupos implicados na situação (Thiollent, 1987, p. 97).

O autor afirma ainda que as análises das condições da ação e a produção de novos significados implicam a desconstrução do caráter individualizado e estereo-

tipado das respostas. Neste sentido, o cotidiano é fruto da experiência coletiva, e podemos considerar que as situações e os resultados organizados a partir das pesquisas participativas são sempre provisórios e que, para a sua compreensão, é fundamental a contextualização dos fatores, a análise das forças que os produziram e dos efeitos das práticas.

Porém, se, por um lado, podemos considerar que as pesquisas participativas se constituem a partir de uma metodologia que apresenta pressupostos gerais de investigação, por outro, é necessário observar a diversidade de tendências evidenciada nos diferentes modos de ação, procedimentos e priorização de objetivos em que a pesquisa-intervenção se caracteriza por uma intervenção psicossociológica em nível de transformação institucional.

A pesquisa-intervenção traz como referencial teórico-metodológico a análise institucional

O movimento institucionalista surge na década de 60 na França e nas décadas seguintes na América Latina, tendo como principais referências Lourau (1993; 1997), Lapassade (1998), Guattari (1985; 1992), Hess e Authier (1994), Barembliitt (1992), Saidon (1987; 2002), Rodrigues, Leitão e Benevides (1992), Barros (1999), entre outros. Os principais conceitos que servem como ferramentas de intervenção nas ações coletivas são a reconceitualização de grupo e de instituição, a análise das demandas, os analisadores históricos ou construídos e a análise da transversalidade e das implicações. É ainda importante ressaltar que o método na análise institucional não é só uma questão de procedimento, mas uma postura frente ao trabalho, ao outro, à vida. A fim de trabalhar um pouco com esses conceitos, pretendemos tecer algumas considerações com vistas a facilitar a compreensão do institucionalismo enquanto um dispositivo analítico.

Por *grupo* entendemos não um conjunto de pessoas organizadas por certas estabilizações de espaço e tempo, mas os processos que se constituem entre elas e a partir delas no exercício permanente de buscar sentido para o desdobramento das ações e para o significado de sua própria existência. Assim, um grupo se faz na multiplicidade de tensões geradoras de transformações nas/das circunstâncias e no/do curso de seu movimento. Da mesma maneira, as instituições na perspectiva do movimento institucionalista, não são compreendidas como estabelecimentos ou estruturas organizacionais, mas se constituem em práticas sócio-historicamente produzidas, trazendo, portanto, a dimensão dos valores, das tradições, da referência das ações que no cotidiano são naturalizados e tomados como verdades absolutas, universalizados. O sentido

de cotidiano para nós está implicado com a dimensão das mudanças.

A vida cotidiana, onde as práticas são tecidas, não pode ser considerada como uma totalidade fechada em si mesma e nem desenvolvida através de relações de determinação linear com a globalidade hegemônica e com os valores dominantes. Antes, para que o cotidiano ganhe consistência, é fundamental que pela análise coletiva, seja intensificado, aglutinando as ações fragmentárias e descontínuas, imprimindo novos sentidos à realidade (Rocha, Gomes e Lima, 2003, p. 139).

Sendo o cotidiano construído a partir das experiências vividas no curso das ações desenvolvidas para dar conta das exigências relativas ao trabalho, contamos ainda com as contribuições de Kastrup (1999) no que tange à noção de experiência como o âmbito onde se circunscrevem variações que foram sendo produzidas nas sucessivas operações que vão sendo repetidas, ora afirmando, ora desmontando hábitos cristalizados, num processo permanente de aprendizagem e desaprendizagem.

Assim, para começarmos um trabalho em Análise institucional, é importante a construção de um campo de análise, ou seja, a organização de conhecimentos históricos, políticos e conjunturais acerca do campo de intervenção no qual buscamos desenvolver um processo de investigação. A partir do estabelecimento coletivo de um projeto de trabalho, a pesquisa-intervenção tem início através de dispositivos mobilizadores, e durante todo o processo é fundamental uma participação ativa da comunidade implicada na análise da micropolítica ali produzida, explicitada nos seus movimentos, problemáticas, formas de ação e processos sociais. O campo de intervenção só se constitui como tal no momento em que as experiências locais podem entrar em análise à luz da contextualização socio-histórico-política. Isso significa que os efeitos das práticas são tomados na sua complexidade, desconstruindo dualidades, determinismos, individualizações psicologizantes, e o que ganha consistência é uma analítica dos modos de produção da existência na comunidade.

Na trajetória da investigação, partimos da análise da demanda que o próprio pesquisador cria quando oferece seus serviços (não teria sentido pensar em oferta de trabalho do psicólogo em uma sociedade oriental, por exemplo, ou em outra etapa histórica de nossa própria sociedade, ou seja, o que nos é solicitado está implicado com o que nossa presença suscita, quer pela nossa atitude, quer pelo que representa nossa profissão) e das demandas gerais existentes no local ou que venham a surgir no desenvolvimento do trabalho. Esse já é também o início do processo de análise das implicações (Barbier, 1985) feita pela equipe inter-

ventora e que deverá ser estendida a toda a comunidade em análise.

A análise das implicações busca dar visibilidade às relações dos participantes, incluindo o próprio grupo de analistas, com as instituições que se atualizam na intervenção.

O curso do trabalho desenvolve-se na perspectiva de transversalizar as análises, ou seja, de iluminar as instituições atravessadas nas práticas enquanto uma superação do limite da análise da verticalidade – relações sociais institucionalizadas, hierarquizadas e funcionais – e da análise da horizontalidade – relações imediatas, informais nos diferentes estratos. O movimento da análise institucional tem como proposição mais geral estabelecer um processo autogestionário, entendendo que autonomia é um exercício permanente de análise e compreensão das condições em que se realiza a ação e, neste sentido, dos seus limites e possibilidades.

Temos, então, que a pesquisa-intervenção traz como proposta criar dispositivos de análise da vida dos grupos na sua diversidade qualitativa, e isto significa que esta proposição investigativa tem como alvo o movimento, as rupturas que as ações individuais e coletivas imprimem no cotidiano. Os processos em desenvolvimento na pesquisa-intervenção produzem permanentemente a realidade na qual cada um de nós e os diferentes grupos são um modo de expressão.

A diversidade qualitativa

Se *qualitativo*, na pesquisa-intervenção, não é simplesmente a interpretação, explicação ou qualificação do quantitativo, então, do que se trata? É importante considerar que o dado colhido em uma pesquisa já é o efeito de uma objetivação, a extremidade de um processo, forma compacta que nos dá a sensação de matéria estável, de fato acabado. No entanto, o que nos interessa é dar visibilidade às ações, aos rituais, às práticas que instituem um objeto, uma individualidade como algo em si mesmo. Os discursos e as normas produzidos em uma coletividade são práticas constitutivas da realidade e é isso o que nos cabe investigar, ou seja, os movimentos permanentes dos processos de subjetivação. *Qualitativo* está ligado aos sentidos produzidos nas relações socio-historicamente determinadas, afirmando a alteridade e as turbulências que nos movem a analisar, a dialogar, a buscar entender o que vivemos. As palavras mudam de significado em função dos sentidos que vão sendo agenciados nas práticas de acordo com as relações de força implicadas naquele momento. Os sentidos são a virtualidade das ações, estando aquém e além das palavras que significam o que experienciamos.

Segundo Veiga Neto (1996), o desafio dos pesquisadores é ultrapassar as representações que estruturam

as tradições e hábitos da comunidade investigada, os consensos estabelecidos que naturalizam o cotidiano nos seus valores, produções e expectativas em busca do movimento. Para isso as análises macropolíticas são fundamentais, pois nos situam nas forças conjunturais atravessadas nas práticas, sendo também imprescindível colocarmos uma lupa nas relações e nos efeitos dos atos que encarnam as políticas mais amplas, afirmando-as no dia-a-dia e fazendo-as avançar. A perspectiva micropolítica não despreza a razão, a consciência, mas considera que não são suficientes para provocar mudanças, dando atenção às ações, à sensibilidade e ao que pode fazer diferença. Negar o status quo é uma dimensão do combate, mas não a única, afirmar outros modos de existência que escapem aos determinismos é fazer história. O qualitativo se vincula, portanto, à recuperação do percurso dos movimentos dessa comunidade, percebido nas polêmicas, nos desvios, nas ações que fazem diferença, frente ao hegemônico, que abre espaço a imprevisibilidades. Para o psicólogo, isso implica enfrentar as armadilhas do assistencialismo psicologizante que caça os riscos, que fareja as circunstâncias suspeitas, corporificando ‘o diferente’, personagem fragmentado do processo do qual é um modo de expressão, um analisador. A pesquisa-intervenção busca criar um campo de problematização, escavando outras dimensões do cotidiano e instaurando tensão entre representação e expressão, com a perspectiva de dar consistência a novos modos de subjetivação.

Concluindo as linhas gerais que configuram uma pesquisa intervenção enquanto uma investigação qualitativa, seria importante evidenciar que está pautada no paradigma ético-estético-político proposto por Guattari (1992), em que a ética é o reconhecimento da alteridade, referida não ao parâmetro da tolerância ou da intolerância, mas ao desafio da convivência que não implica em consenso redutor ao mesmo, ao um, mas a acordos possíveis e temporários. Nesta perspectiva, a ética envolve o exercício do pensamento que avalia situações e acontecimentos, que afirma escolhas e caminhos como potencializadores de vida; a estética traz a dimensão da criação, já que não há conhecimentos universais para serem aplicados, mas uma diversidade de injunções que desafiam o pensamento, a ação e a sensibilidade para a produção de novos processos de existência; a política afirma a responsabilização frente aos efeitos produzidos nas práticas e os compromissos e riscos implicados com as tensões e as posições assumidas. Para Rocha e Aguiar (2003), a questão se vincula à produção de utopias ativas em que o exercício da autonomia é limitado ao mesmo tempo que é infinito, pois é uma questão relativa à potencialidade da vida.

Desse modo, das visões totalizadoras e das utopias passamos às ações que remetem às estratégias de aná-

lise das formas constituídas, evidenciando seu caráter fluido, polêmico, que flexibilizam divisões tradicionais, cujas práticas sociais, as experiências, são pontos de criação de sentido e não reflexo de uma realidade que está em outro lugar. As tradições e os poderes institucionais, sem dúvida, são fatores socioeconômico-culturais determinantes do que pode ser feito, mas o homem tem no pensar o desafio ético da existência digna, lutando para o estabelecimento do que deve ser frente às pressões em questão. Os limites e as possibilidades do coletivo se fazem num vai-e-vem do jogo político, resistindo às formas das múltiplas armadilhas de repetição do mesmo.

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: TRABALHO DOCENTE, PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E SAÚDE

O projeto de pesquisa-intervenção que se realizou ao longo de 7 anos com uma equipe de coordenação e alunos de Iniciação Científica do curso de Psicologia da UERJ foi concluído no final de 2003 e tinha como proposta configurar e problematizar a organização do processo de trabalho do professor do ensino fundamental e médio que vem consolidando, na nossa realidade, um modo de pensar/fazer escola à margem da qualificação e da valorização do magistério. A perspectiva era a de colocar em análise o cotidiano educacional de uma escola pública urbana do Rio de Janeiro. Como vimos anteriormente, a pesquisa-intervenção tem como referencial teórico-metodológico a análise institucional, cujo primeiro movimento é a constituição de um campo de análise em relação às questões atravessadas na problemática investigada. Nesse projeto, tínhamos então: o levantamento de material bibliográfico sobre a organização do trabalho docente no tempo e espaço da sociedade brasileira e suas implicações no cotidiano escolar; o estudo da história da constituição do processo educacional brasileiro através da análise da organização do trabalho escolar e formas de gestão e suas implicações com a divisão social do trabalho na realidade brasileira; a configuração da desqualificação do magistério vinculada à desvalorização da educação e à divisão sexual do trabalho no ensino elementar e médio, evidenciando o que vem se constituindo como saúde/adoecimento no trabalho, assim como resistência dos professores a esse processo.

O segundo movimento é a constituição de um campo de intervenção que, nessa pesquisa, se deu em uma escola de ensino fundamental e médio (a partir da quinta série ao ensino médio) da rede pública do estado do Rio de Janeiro, com uma população, naquele momento, de 100 professores, 50 funcionários e 1700 alunos. O projeto coletivo de trabalho estabelecido

com a comunidade participante envolveu discussões acerca da dimensão político-institucional (poder frente aos procedimentos e gerenciamento do processo – organização do trabalho escolar) e da dimensão pedagógica (contextualização das demandas locais e interferência na construção curricular – articulação entre concepção e execução), dimensões essas em que são tecidas as condições do trabalho docente e o processo de escolarização. Os dispositivos de intervenção construídos para a realização da análise das demandas, das implicações e da transversalidade circunscreveram três segmentos:

- os dispositivos de intervenção junto aos alunos – oficina de sexualidade e oficina de escola e trabalho; conselho de representantes e grêmios; projeto manghupe (estágio profissionalizante no Hospital Pedro Ernesto para alunos do ensino médio); entrevistas e observações de turma. Tais atividades tiveram como objetivo tanto atender às solicitações feitas pelo próprio corpo discente, como conhecer seus valores, questões, modos de inserção no processo de ensino-aprendizagem e relações com as demais equipes da comunidade escolar, buscando afirmar uma organização política ao corpo discente, facultando uma participação ativa na vida e nos rumos do trabalho escolar;
- os dispositivos de intervenção junto aos funcionários – entrevistas individuais e em pequenos grupos; debates organizados em pequenos grupos; acompanhamento de alguns dias de trabalho. Nosso objetivo com os funcionários era não só conhecer, mas analisar coletivamente as condições de trabalho, a articulação com os demais setores, estabelecendo críticas e alternativas para o exercício de suas funções;
- os dispositivos de intervenção junto aos professores – contatos informais diários; entrevistas; participação nos eventos por eles organizados; grupos de discussão por turma ou por série; reuniões gerais. Tais dispositivos buscaram mobilizar o segmento de professores para a análise coletiva do cenário político-institucional e o modo como a conjuntura atravessa as condições de trabalho, relações e formas de organização e concomitante se processa a intervenção com vistas à ampliação de qualidade de vida local.

Em relação aos familiares, foram tentadas várias formas de dispositivos como reuniões gerais temáticas, por série e por turma, contatos informais em festas e nos horários de saída sem que quaisquer dessas iniciativas fizessem deslanchar um trabalho sistemático. O motivo alegado, na sua grande maioria, foi o extenso horário de trabalho fora de casa e de afazeres domésti-

cos. O que pudemos perceber é que a expectativa dos que optaram pelo horário integral, é que a escola dê conta, sozinha, do processo educacional.

De todo o trabalho analisado, que foi exaustivamente debatido pela equipe de intervenção e com a comunidade, através dos diferentes dispositivos, podemos ressaltar alguns dos principais indicadores de análise: fracasso escolar (resultados do processo de ensino-aprendizagem sempre aquém das expectativas dos educadores), indisciplina (transgressão às regras), violência (exacerbação da indisciplina que causa dano físico ou moral ao outro) e tédio (baixa de humor social vinculada ao desânimo e ao descrédito de possíveis mudanças). Os indicadores, pontos aglutinadores de forças e polêmicas que expõem os modos de funcionamento produzidos pelas políticas instituídas e pelas práticas cotidianas, geravam demandas assistenciais, individualizantes e criavam a todo momento solicitações de tratamentos, afirmando a escola como uma rede de cuidados para crianças e/ou professores problemas. Isso não se dá fora de circunstâncias econômicas, políticas, culturais e históricas do nosso país e, neste sentido, evidencia que os sucessivos governos conferem verbas sempre desproporcionais ao aumento da demanda escolar, priorizando medidas eleitoreiras e que favoreçam as estatísticas que elevam o Brasil no ranking dos países em desenvolvimento, no que tange ao número de cidadãos alfabetizados, ao invés de atacar problemas crônicos de carenciamentos na ordem da formação docente, das condições de trabalho, dos salários. Mesmo os avanços contidos nas leis acabam não se efetivando na realidade do magistério por falta de políticas públicas que implementem mudanças efetivas. Soma-se ao fator econômico-político o fator histórico-cultural vinculado às raízes religiosas do nosso ensino e sua identificação ao trabalho missionário, às implicações da feminização do magistério, que traz o lugar da mulher na nossa sociedade para a organização escolar, e ao movimento caracterizado como a modernização do ensino que profissionalizou o trabalho do professor de ensino elementar e médio nos moldes tecnicista.

No curso da pesquisa-intervenção, foram se evidenciando os indicadores de análise, suas condições de produção socioeconômico-cultural e históricas e as implicações locais dos professores, funcionários e alunos com a organização desse processo. Pudemos verificar que algumas características prementes contribuíam para a deterioração das condições ambientais e físicas pessoais: o excesso de trabalho pelas duplas e triplas jornadas devido aos baixos salários; o excesso de barulho, causado pela ferrovia ao lado da escola e pela agitação do longo corredor em que as salas não têm paredes até o teto, trazendo para cada sala de aula o burburinho das demais, entre essas as de música e as

de dança; o excesso de calor nas salas com um grande número de alunos.

No modo de funcionamento institucional, encontramos algumas das características das instituições contemporâneas: a *fragmentação*, a *homogeneização*, a *aceleração* e a *hierarquia*. A *fragmentação*, mais do que um modo de operar isolado, é um modo de viver e de ver o funcionamento escolar que cria personagens (o aluno problema, por exemplo), objetivando fatos e situações, desqualificando processos e fragilizando a articulação entre profissionais frente às lutas importantes de serem travadas pela qualidade no trabalho. A *homogeneização*, causa e efeito da fragmentação, se apresenta no esvaziamento dos debates, das avaliações e enfraquecimento do exercício das escolhas, levando os profissionais à ênfase na repetição e à perda de sentido das tarefas. A *aceleração* na produtividade, valor vinculado ao projeto da qualidade total, aponta para o cumprimento de múltiplas atividades concomitantes, já que a descentralização é da tarefa e não da gestão, valorizando, portanto, a agilidade, o quantitativo dos resultados e o achatamento das diferenças. Finalmente, a *hierarquia*, afirmada tanto nos modos de ocupação de cargos, por aqueles que estão desempenhando funções administrativas, como no desconhecimento quase que generalizado, pelos educadores, das leis e das regras do ofício, o que leva ao medo do risco e à inibição de iniciativas. Encontramos, no dia-a-dia das atividades escolares, uma tendência a repetir práticas tradicionais, sistemáticas, que ganham espaço porque a comunidade, quase sempre, apresenta uma organização precária, o que faculta um funcionamento burocratizado e centralizado do poder, em todos os níveis, levando ao trefismo e à perda de sentido. Do mesmo modo, as práticas clientelistas, as políticas de 'jeitinho' e o paternalismo se inscrevem na escola – inscrevem a escola – na dificuldade de publicizar o poder. Se, por um lado, aliviam o cotidiano corrido e sufocado com alguns favores e concessões, por outro, deixam os educadores mais vulneráveis, e aí se incluem as relações com os especialistas.

É fundamental pontuar que mudar o processo de trabalho na escola, implica um amplo processo de inclusão em um outro regime de tempo a partir da contextualização das crianças e dos adolescentes e da implementação de propostas pedagógicas inovadoras para a adequação do trabalho, isso porque a realidade é sempre diversa e requer o reconhecimento das singularidades em atividades coletivas, o incentivo à criação de questões no cotidiano, onde o 'fio da meada' seja possível de ser construído.

Todos esses fatores evidenciados também nas análises bibliográficas, constituídos ao longo dos séculos na nossa sociedade, vêm contribuindo para a des-

qualificação e desvalorização do magistério e para diversas formas de adoecimento dos educadores como estresse, depressão, ansiedade, rouquidão, vinculadas a um modo de inclusão no processo que exclui a comunidade em cadeia da organização do processo de trabalho. Para os educandos, é a infantilização um dos efeitos dessa formação sociofamiliar e escolar. Isso não significa que o professor, os funcionários e alunos não inventem maneiras de traçar um percurso com todos os imprevistos que fazem o cotidiano. O que não se instala é uma dinâmica de reconhecimento em que a diferença ganhe consistência, inteligibilidade como opção de ação construída por cada um e pelo coletivo para pensar/fazer a formação escolar. As consequências são a falta de estruturação para realizar pesquisas nas escolas, de incentivo às iniciativas que poderiam resultar em novas experiências, significando uma real inclusão no processo. O fracasso escolar crônico testemunha isso, e não estamos falando das estatísticas 'para inglês ver' fruto das miraculosas soluções pragmáticas e econômicas para a igualdade social, dentre as quais podemos citar o ensino à distância, o sistema de cotas...

Durante esses 7 anos de pesquisa e de convivência com essa comunidade, tivemos muitos momentos de avanço no processo de autogestão, mediante análises coletivas, lutas pela melhoria de qualidade de vida na escola. Sofremos também retrocessos por diferentes fatores interligados, envolvidos com os limites e possibilidades das pessoas, da escola, das mudanças dos dirigentes governamentais ou mesmo da própria equipe de intervenção que varia a cada turma de alunos que se forma.

Na pesquisa-intervenção a expectativa está vinculada à multiplicação de questões que nos permitem explorar outros caminhos com a comunidade envolvida. Este é o nosso índice de movimento, já que a instituição escolar não existe fora da realidade socio-histórica e estará sempre produzindo modos de operar capitalísticos, cada vez mais implicados com uma lógica utilitarista e mercadológica. Entre esses modos que constituem o neoliberalismo na atualidade e que assolam a vida comunitária e as instituições de formação, encontramos a fragilização da organização pública e dos vínculos entre as pessoas no exercício da cidadania. Como criar resistências aos mecanismos individualizantes? Vivemos um tempo em que é preciso ir além das denúncias, afirmando novas práticas que sustentem territórios de convivência, sempre renováveis. Guattari (1985) nos fala da micropolítica como algo que não despreza os grandes movimentos, mas que traz a dimensão das práticas de si, enquanto uma ética-estética da existência:

Toda questão está em saber de que revolução se trata! Trata-se, sim ou não, de acabar com todas as relações de alienação – não somente as que pesam

sobre trabalhadores, mas também as que pesam sobre as mulheres, as crianças, as minorias sexuais etc., as que pesam sobre sensibilidades atícas, ... só uma reação em cadeia, atravessando as estratificações existentes, poderá catalisar um processo irreversível de questionamento das formações de poder às quais está acorrentada a sociedade atual (Guattari, 1985, p. 67-68).

REFERÊNCIAS

- Barbier, R. (1985). *Pesquisa-ação na instituição educativa*, (1ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Baremlitt, G. (1992). *Compêndio de Análise institucional e outras correntes*, (1ª ed.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Barros, M. E. B. (1999). *Psicologia. Questões contemporâneas*, (1ª ed.). Vitória: EDUFES.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1985). *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*, (2ª ed.). São Paulo, Brasiliense.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1992). *Caosmose. Um novo paradigma estético*, (1ª ed.). Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Hess, R., & Authier, M. (1994). *L'analyse institutionnelle*, (1ª ed.). Paris: PUF.
- Kastrup, V. (1999). *A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*, (1ª ed.). Campinas: Papyrus.
- Lapassade, G. (1998). *Microssociologie de la vie scolaire*, (1ª ed.). Paris: Economica.
- Lourau, R. (1993). *Análise Institucional e práticas de pesquisa*, (1ª ed.). Rio de Janeiro: UERJ.
- Lourau, R. (1997). *Une introduction à l'analyse institutionnelle*, (1ª ed.). Paris: Economica.
- Rocha, M., & Aguiar, F. (2003). Pesquisa intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 4, 64-73. Brasília: CFP.
- Rocha, M., Aguiar, F. Gomes, L. G. W., & Lima, I. C. (2003). Gestão do trabalho e os desafios da saúde na educação. In A. M. B. Bock. *Psicologia e o Compromisso Social* (pp.129-141). São Paulo: Cortez.
- Rodrigues, H. B. C., Leitão, M. B. S., & Benevides, R. D. B. (1992). *Grupos e instituições em análise*, (1ª ed.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Saidón, O., & Kamkhagi, V. R. (1987). *Análise institucional no Brasil*, (1ª ed.). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- Saidón, O., & Kamkhagi, V. R. (2002). *Clínica y sociedad. Esquizoanálisis*, (1ª ed.). Buenos Aires/México: Lúmen.
- Thiollent, M. (1987). Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In C. R. Brandão. *Repensando a pesquisa participante* (pp. 82-103). São Paulo: Brasiliense.
- Veiga-Neto, A. (1996). Olhares... In M. V. Costa. *Caminhos investigativos. Novos olhares na pesquisa em educação* (pp. 19-35). Porto Alegre: Mediação.

Recebido em: 13/04/2005. Aceito em: 10/08/2006.

Autora:

Marisa Lopes da Rocha – Professora Adjunta e Pesquisadora em Educação do Departamento de Psicologia Social e Institucional no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ. Mestre em Filosofia da Educação pelo IESAE/FGV e Doutora em Psicologia pela PUC/SP no Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade.

Endereço para correspondência:

MARISA LOPES DA ROCHA
Rua Mário Coimbra Bouças, 10, Bl. 2, apto 501 – Freguesia
CEP 22743-675, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tel./Fax: (21)3327-6213
E-mail: rochadm@uol.com.br